

UMA PROPOSTA DISPENSACIONALISTA DO USO DO ANTIGO NO NOVO TESTAMENTO

A Dispensational Approach for the use of the Old Testament in the New Testament

Diego Pereira de Andrade*

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6247018807894167>

Valney Veras da Silva**

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9039350152386275>

RESUMO: O debate sobre a intertextualidade bíblica tem se intensificado nas últimas décadas, sendo apresentadas diferentes posições sobre o uso do AT no NT. O objetivo da presente pesquisa é descrever a proposta “Um Significado, Múltiplos Contextos e Referentes” desenvolvida por Darrell Bock, como alternativa dispensacionalista. Ela é caracterizada por considerar dois níveis indispensáveis de interpretação, a saber, histórico-exegético e teológico-canônico. Para melhor compreendê-la, inicialmente, será apresentada a questão central da discussão para facilitar o entendimento sobre o que as abordagens diferem e por quê. Em seguida, uma descrição das principais abordagens do uso do AT no NT será apresentada, mostrando como o método eclético interpretativo de Bock se assemelha e difere delas.

Palavras-chave: Intertextualidade; Teologia bíblica; Significado; Referente; Dispensacionalismo.

ABSTRACT: The debate on biblical intertextuality has intensified in recent decades, with different positions being presented on the use of the OT in the NT. The objective of this research is to describe the proposal “One Meaning, Multiple Contexts and Referents” developed by Darrell Bock, as a dispensationalist alternative. It is characterized by considering two indispensable levels of interpretation, namely, historical-exegetic, and theological-canonical. To better understand it, initially, the central issue of the discussion will be presented to facilitate the understanding of what approaches differ from one another, and why. Next, a description of the main positions of using the OT in the NT will be presented, showing how Bock's eclectic interpretive method resembles and differs from them.

Keywords: Intertextuality; Biblical theology; Meaning; Referent, Dispensationalism.

* Graduado em Teologia pela Faculdade Batista do Cariri (FBC). Pós-graduando em Apologética pela FBC.

** Formado em Teologia pelo Seminário Batista do Cariri (2001), graduado em Letras pela Universidade Regional do Cariri (2006), mestre (2011) e doutor (2014) em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Professor da Faculdade Batista do Cariri (2012 – 2019) e, atualmente, professor substituto da Universidade Federal do Ceará.

INTRODUÇÃO

A intertextualidade é um fenômeno presente na experiência humana. Como tal, é uma atividade pré-teórica, ou seja, ela faz parte da experiência humana em sociedade, de suas práticas linguísticas, independentemente de seu nível acadêmico. Contudo, é na relação do aspecto lógico com o aspecto linguístico do indivíduo que a análise teórica apresenta detalhes mais nítidos deste fato passível de observação.

Em 1960, a crítica literária francesa Júlia Kristeva cunhou o termo intertextualidade com base no conceito de dialogismo bakhtiano. Até a década de 60, o texto era visto como uma entidade abstrata. Só na segunda metade da década de 70 ocorreu a chamada “virada pragmática”,¹ alterando-se e alargando-se o conceito inicial de texto.

O termo intertextualidade foi introduzido nos estudos bíblicos em 1989 e despertou o interesse de teólogos ortodoxos que estudavam o uso do Antigo no Novo Testamento. Muitas abordagens foram propostas. Algumas delas focavam na questão de significado, outras na tipologia, outras em contexto etc. Todas essas coisas estão relacionadas e não podem ser totalmente isoladas.

Por conseguinte, o objetivo da presente pesquisa é descrever a proposta “Único Significado, Múltiplos Contextos e Referentes” desenvolvida por Darrell Bock. Ela é caracterizada por considerar dois níveis indispensáveis de interpretação, a saber, histórico-exegético e teológico-canônico. Não se pode dizer que é uma proposta na qual ninguém tenha pensado anteriormente, mas é notório que Bock tenha aproveitado o melhor de outras escolas hermenêuticas para construir a sua. Para melhor compreendê-la, inicialmente, será apresentada a questão central da discussão para facilitar o entendimento sobre o que as abordagens diferem e por quê. Em seguida, uma descrição das diferentes abordagens do uso do AT no NT por parte de teólogos conservadores será apresentada, mostrando como o método eclético interpretativo de Bock se assemelha e difere delas.

¹ Virada pragmática é um termo usado para falar da mudança de foco restritivo do texto como puramente escrito para questões também enunciativas.

1 - CENTRO GRAVITACIONAL DA DISCUSSÃO

Há uma gama de questões que são levantadas quanto ao assunto do uso do AT no NT, que na maioria das vezes, deixa o leitor confuso sobre o que está sendo investigado. Isto acontece porque, enquanto algumas perguntas trabalham um tema atonicamente, outras, contudo, trabalham perguntas que sobrepõem temas relacionados como se fossem uma única coisa. Por exemplo, começando do que já foi levantado no capítulo 1, pergunta-se: o que acontece na intertextualidade, uma vez que há uma transposição do texto para um contexto bem diferente daquele que foi escrito originalmente? Não haveria nenhuma mudança de significado com a mudança de contexto? Todo o sentido posto no AT é trazido para o NT quando há citação ou alusão? Nestas três perguntas, dois temas são sobrepostos, a saber, significado e contexto. E, de fato, um não pode ser respondido sem o outro, contudo, deve-se notar que apesar de o contexto dar os limites do significado de uma passagem, ele *per si* não é o significado. De modo que algumas questões ajudam a nortear a miscelânea de estudos sobre o uso do AT no NT e organizar o material de forma didático-sistemática. É o que Berding e Lunde (2008) chamam de centro gravitacional da discussão.

Eles estão convictos de que “a ampla questão da relação entre os *significados* pretendidos pelos autores do AT em seus textos e aqueles derivados desses textos pelos autores do NT possua a densidade necessária para estar no centro de gravidade nesta discussão” (BERDING e LUNDE, 2008, p.10, *grifo meu*). Ou seja, o relacionamento entre os significados pretendidos pelos autores do AT e do NT são o ponto nevrálgico da discussão. Note que o ponto principal para Berding e Lunde jaz no sentido do texto tanto no seu contexto original, quanto no seu uso no NT. Em volta desta questão central, giram cinco outras questões orbitantes² nem sempre trabalhadas em uma ordem específica: 1) *Sensus plenior*³ é uma maneira apropriada de explicar o uso do AT no NT? 2) O uso dos *métodos exegéticos judaicos* explicam o uso do AT no NT? 3) Os escritores do NT levam em conta o *contexto* das passagens citadas? 4) Como *tipologia* é melhor entendida? 5) Podemos *replicar* a abordagem exegético-hermenêutica encontrada nos escritos do NT?

² Faço uso da expressão utilizada por Berding e Lunde (2008). Também mudo a ordem proposta por ele que seria: *sensus plenior*, tipologia, contexto das passagens, métodos exegéticos judaicos e replicação da hermenêutica neotestamentária.

³ Literalmente sentido pleno ou significado mais completo.

Note que as cinco questões giram em torno de cinco temas que procuram, na maioria das vezes, ser respondidos pelos teólogos bíblicos: sentido, método exegético judaico, contexto, tipologia e replicação da hermenêutica neotestamentária na atualidade. Ao responder as perguntas ligadas a estes temas surgem 4 pontos de tensão ou dilemas, nos quais os teólogos conservadores se debruçam para evitar incoerências e que se relacionam diretamente com a questão central de sentido na relação AT/NT: inerrância, autoria dual, linguagem de referente e o progresso da revelação⁴.

No que se refere à inerrância, Zuck (1994, p.289) questiona se os autores do Novo Testamento “expuseram significados de passagens do Antigo que os autores deste não haviam vislumbrado”. Esta pergunta é fundamental, porque se sim, os próprios autores neotestamentários colocariam em cheque a confiabilidade do texto bíblico, podendo a abordagem deles ser considerada até mesmo um tipo de *reader-response*; além disso, como questiona Zuck (1994), se existem discrepâncias entre o AT e as citações no NT, podemos continuar confiando na inerrância? Essa preocupação também alcança os escritos de Moo ao questionar “como podemos conceber uma completa veracidade aos escritos que parecem compreender ou aplicar incorretamente aqueles textos dos quais eles derivam a autoridade e a argumentação para muitas de suas assertivas básicas e ensinos?” (Moo, 2018, p.197). Note a relação sentido do texto-doutrina da inerrância nas perguntas. A doutrina da inerrância – de que a Bíblia é completamente verdadeira em tudo o que ensina - requer que o sentido que o autor neotestamentário recupera do AT esteja realmente lá.

Não se está falando que todo uso do AT no NT requer necessariamente que o sentido veterotestamentário seja considerado. Moo (2018), por exemplo, defende que quando o texto é usado enquanto veículo de expressão⁵, há certo conceito subjacente que é importante para o que o falante/escritor deseja comunicar – o que chamamos de memória coletiva no capítulo 1. Contudo, como afirma Moo (2018, p.211): “o que se torna crucial é determinar duas coisas: se o autor intenciona declarar o significado ‘correto’ do texto ou se a interpretação ‘correta’ do texto é necessária para o ponto que o

⁴ Estes quatro pontos são trabalhados por Bock (1985b) com a diferença de que o que chamo de inerrância, ele trata como sendo problemas de textos diferentes usados nas citações do AT nos cumprimentos NT.

⁵ Moo exemplifica a linguagem do AT como veículo de expressão com o lamento de Jesus no Getsêmani em que este diz: “minha alma está profundamente triste até a morte” (Mc 14.34/Mt 26.38). A expressão seria uma alusão aos Salmos 42 e 43, contudo, Moo (2018) pontua que “há pouca evidência de que devamos encontrar na alusão de Cristo uma tentativa de citar os Salmos como prefiguração autoritária dos seus sofrimentos no jardim. Jesus parece simplesmente estar usando uma linguagem familiar para expressar suas emoções” (p. 212-13).

autor está destacando”. Certamente nos casos em que os autores do NT usaram o AT como prova de autoridade, isto deve ser levado em conta.

Quanto ao progresso da revelação, a pergunta é: Qual efeito a vida e obra de Jesus tiveram no entendimento das Escrituras pela igreja primitiva e apóstolos? A resposta a esta pergunta lida com questões de tipologia, contexto e progresso da revelação. Contudo, os cristãos conservadores têm a inerrância e o progresso da revelação como pressupostos, e, por isso, estes pontos não os distinguem, mas os une. A tensão surge em como a inerrância é mantida e como a revelação progressiva pode manter o significado original. Para isto, a autoria dual e a linguagem de referente são mais discutidas, gerando propostas diferentes de harmonização.

As respostas para os dois últimos pontos de tensão produzem abordagens específicas que serão tratadas adiante, mas resumidamente, elas procuram responder às seguintes perguntas⁶:

- A. Autoria dual – Deus poderia ter intencionado mais em uma passagem do que o autor humano? A abordagem da única intenção autoral responderia negativamente a esta pergunta. As demais abordagens respondem positivamente, especialmente a abordagem do *sensus plenior* que trata diretamente a questão.

- B. Linguagem de referente – Onde o significado reside em um dado enunciado? No nível do sentido (as definições das palavras dentro de uma passagem) ou no nível dos referentes? A abordagem do *Referentiae Plenior* procura responder a esta pergunta. De maneira geral, as demais escolas não tratam desta pergunta.

Assim, cinco abordagens são destacadas para lidar com o uso do AT no NT: Única Intenção Autoral, *Sensus Plenior*, *Referentiae Plenior*, Abordagem Métodos Judaicos e Abordagem Canônica.

⁶ BOCK. Darrell. Evangelicals and the use of the Old Testament in the New: part 2. *Bibliotheca Sacra*. Dallas-Texas, v. 142, p. 302-19, outubro, 1985b.

2 - ABORDAGENS DO USO DO AT NO NT

Uma breve descrição e análise de cada abordagem serão apresentadas e, a seguir, uma descrição da proposta de Darrell Bock será apresentada como representante do dispensacionalismo progressivo, na qual se verá semelhanças e diferenças com as demais.

2.1 - Abordagem da Única Intenção Autoral

Conforme supracitado, os teólogos bíblicos têm procurado responder principalmente perguntas ligadas a autoria dual. Ela pode ser feita de várias formas: “Deus poderia ter intencionado mais em uma passagem do que o autor humano?” (BOCK, 1985b, p.306) ou ainda da seguinte forma: “Até que ponto iam a intenção e o conhecimentos dos autores do AT? Por acaso conheciam os significados que viriam a ser expostos mais tarde no Novo?” (ZUCK, 1994, p. 289). Os que respondem positivamente à pergunta na forma esboçada por Zuck adotam uma abordagem que defenda a plena intenção humana; esta abordagem é também chamada de Única Intenção Autoral.

Os expoentes⁷ dessa abordagem são Walter Kaiser e Douglas Stuart. Por questão de espaço, o trabalho se limitará a descrever a defesa de Kaiser. A abordagem da única intenção autoral defende que só há um e apenas um sentido (significado) para as passagens proféticas do Antigo Testamento, e tal sentido, além dos fatos, era conhecido do autor bíblico e concordava com a intenção divina. Como bem resumido por Bock (1985b, p. 306): “O que o profeta pretendia, Deus pretendia; e ele não pretendia nada mais do que o profeta”. A premissa básica desta abordagem é que se “hermenêutica for ter validade, então tudo que é afirmado na passagem do Antigo Testamento precisa ter feito parte do significado pretendido do autor humano” (BOCK, 1985a, p. 210). Assim, Kaiser rejeita qualquer bifurcação entre o significado pretendido pelo autor divino e pelo autor humano.

No que se refere ao *sensus plenior* definido por Raymond Brown⁸, Kaiser (2008, p.48) questiona: “Como Brown o tira [o sentido pretendido] das mãos dos autores humanos que estavam no conselho de Deus, a pergunta é: em cujas mãos agora o tribunal

⁷ Bruce Waltke também defende a única intenção autoral, contudo, diferentemente de Kaiser que enfatiza a análise exegética, Waltke enfatiza a linguagem ideal para desenvolver a abordagem canônica.

⁸ Ver próxima abordagem.

final de apelação repousa por descobrir o significado autoritativo de um texto bíblico?”. Note que o receio que subjaz seu pensamento é quanto à autoridade da Bíblia. Seu receio é de que abrindo a porta para um sentido mais amplo, também se abrirá para arbitrariedade e desconsideração da exegese histórico-gramatical. Moo (2018, p. 233) declara que “ninguém tem voltado mais atenção às implicações do uso do AT no NT para a inspiração e à inerrância do que Walter Kaiser Jr”.

O ponto chave da abordagem deste teólogo bíblico, ainda para Bock (1985a) é a ideia de promessa genérica derivada do conceito de predição genérica de Beecher. Conforme este conceito, uma predição genérica é aquela que considera um evento ocorrendo em uma série prolongada de partes, separada por intervalos, mas pertencentes a uma unidade que leva ao evento final. Isto permite a Kaiser pensar em cumprimentos múltiplos dentro do único significado de uma passagem (ABDALLA NETO, 2012). Assim, o problema não seria múltiplos ou parciais cumprimentos, porque, para Kaiser, estes já fazem parte do sentido pretendido pelo autor humano. Além disso, Kaiser também não rejeita uma leitura canônica das Escrituras. Ele apenas se preocupa de que essa leitura seja feita no seu devido tempo, ou seja, depois da análise exegética. Ele salienta:

Minha única cautela seria de que existe um lugar ou momento em nossa exegese em que introduzimos a perspectiva canônica depois; isso só pode ocorrer depois que a exegese estabelecer o significado do texto do AT, antes de continuarmos a ver como a revelação divina nessa mesma área de ensino preenche essa verdade no progresso subsequente da revelação nos livros posteriores da Bíblia (KAISER, 2008, p. 52).

Há apenas uma coisa que, segundo Kaiser (2008, p. 55-56), os autores do AT não sabem, isto é, o aspecto temporal da profecia. De modo que a preocupação deles não era com o sentido, mas com o “quando” do cumprimento. Diante da passagem de 1Pedro 1.10-12, que afirma que os profetas investigavam “atentamente, qual a ocasião ou quais as circunstâncias oportunas, indicadas pelo Espírito de Cristo ... ao dar de antemão testemunho sobre os sofrimentos referentes a Cristo...”⁹, Kaiser apresenta uma análise sintática da estrutura do texto e defende que os autores humanos compreendiam adequadamente tudo o que Deus queria dizer em certa passagem do AT, inquirindo apenas sobre o aspecto temporal do assunto. Os autores humanos tinham um entendimento adequado do que era pretendido, porque “os profetas eram divinamente

⁹ O texto em português (ARA, 2008) traduz *eis tina* e *poion kairón* como “qual ocasião ou quais as circunstâncias oportunas” em vez de quem e qual circunstância.

capacitados para ver tanto o cumprimento próximo quanto o distante” (BERDING e LUNDE, 2008, p.234).

Críticas são feitas a abordagem de Kaiser. Abdalla Neto (2012, p.12), por exemplo, pontua que “apesar da tentativa bíblica de demonstrar a compreensão total que os profetas tinham de seus oráculos (...) a abordagem Única Intenção Autoral não responde satisfatoriamente a textos que indicam fortemente a ausência de entendimento completo por parte dos próprios portadores das mensagens proféticas do AT”.¹⁰ Bock também declara que Kaiser desconsidera o uso de *eis tina* (para quem) e *poion kairón* (*qual circunstância* em 1Pedro 1.11, fazendo-o não atentar para as categorias diferentes de pessoa e tempo trazidas em conjunto no texto para falar do que os escritores do AT investigavam, e não somente tempo como proposto por Kaiser (BERDING e LUNDE, 2008, p. 92-93). Moo (2018) também questiona se a abordagem da única intenção autoral pode resolver cada problema textual no uso que o NT faz do AT e apontou que há textos em que significado e significância¹¹ não são tão distintos quanto parecem. Um exemplo é o caso de passagens do AT que descrevem Deus ou Javé sendo aplicadas a Jesus no NT, como Joel 2.32 em Romanos 10.13 – “quem invocar o nome do Senhor será salvo”. “Não há evidência quer de Joel ou de uma ‘teologia antecedente’ de que o profeta tenha tencionado que suas palavras se referissem a Cristo” (MOO, 2018, p. 237).

2.2 - Abordagem do *Sensus Plenior*

A abordagem do *sensus plenior* procura responder a mesma pergunta feita anteriormente: Deus poderia ter intencionado mais em uma passagem do que o autor humano? Enquanto que a única intenção autoral responde negativamente, todas as demais abordagens respondem positivamente à pergunta, embora nem todas explicitamente. A questão levantada é outra forma de perguntar se *sensus plenior* é ou não uma maneira apropriada de explicar o uso do AT no NT. Quem melhor definiu e desenvolveu o termo cunhado, em 1925, pelo escritor católico Andrea Fernandez foi o católico Raymond Brown (1955), e quem melhor apresentou uma explicação sobre a abordagem de Brown para a discussão no meio evangélico foi Lunde (2008). Expoentes desta abordagem no meio evangélico são Lewis Johnson e J.I. Packer.

¹⁰ ver Dn 7.15-16, 19-20; 8.15-16; 12.8-9; Zc 4.5; Jo 11.49-50

¹¹ Aqui entendido como a aplicação do significado em outro contexto.

A definição de Brown pode ser encontrada em praticamente todo material que trate do tópico¹². Ele define *sensus plenior* como sendo:

Aquele profundo significado adicional intencionado por Deus, mas não claramente pelo autor humano, o qual parece existir nas palavras de um texto bíblico (ou grupo de textos ou mesmo em um livro como um todo) quando elas são estudadas à luz de uma revelação mais profunda ou de um desenvolvimento no entendimento da revelação (BROWN, 1955, p.92).

Algumas considerações da definição são levantadas por Moo (2018). Primeiro, o *sensus plenior*, embora por definição envolva um significado não completamente entendido pelo autor humano, poderia ter sido vagamente percebido por ele, ou seja, a consciência do autor humano pode variar de ignorância a clareza próxima. Segundo, deve haver uma relação entre o sentido literal intencionado pelo autor humano e o sentido “pleno” tencionado por Deus. Este controle é importante para que não haja alegorizações. Lunde (2008) adiciona que Brown distingue o sentido literal do *sensus plenior* considerando o primeiro o que o texto quis dizer de acordo com a intenção do autor inspirado e o último como sendo o que o texto quer dizer no contexto integral do plano de Deus. Dito de outro modo, isto quer dizer que *sensus plenior* não tem a ver com um sentido oculto do texto, e sim com um sentido completo intencionado por Deus. Terceiro, *sensus plenior* é diferente de tipologia. Lunde (2008) esclarece que Brown divide tipologia em duas categorias: uma que se relaciona com *sensus plenior* e outra que ele separa como tipologia propriamente dita. A primeira está ligada ao sentido literal das palavras do texto e a última envolve uma transposição de sentido, tendo a ver com coisas que apontam para realidades futuras nada a ver com o texto original. Por último, o *sensus plenior* pode ser explicado somente com base na revelação ou em um desenvolvimento a mais na revelação. Aqui é onde as diferenças entre católicos e protestantes que adotam a abordagem são realçadas, uma vez que, para Brown e outros católicos, a autoridade envolve não somente as Escrituras como também a igreja, ou seja, a tradição e magistério.

Segundo Abadalla Neto (2012), o conceito de *sensus plenior* de Packer é mais restrito do que aquele encontrado no círculo católico. Packer procura evitar tanto o entendimento católico de revelação como as acusações de arbitrariedade de um cumprimento:

Se, como em um sentido é invariavelmente o caso, o significado e a mensagem de Deus por meio de cada passagem, quando colocados no seu contexto bíblico

¹² Ver Lunde (2008), Moo (2018), Zuck (1994).

total, excedem o que o escritor humano tinha em mente, esse significado ulterior é apenas uma extensão e desenvolvimento do sentido do autor, uma extração de implicações e um estabelecimento de relacionamentos entre suas palavras e outras declarações bíblicas, talvez posteriores, de um modo que o próprio escritor, pela natureza do caso, não poderia fazer. [...] O ponto aqui é que o *sensus plenior* que o texto adquire no seu contexto bíblico mais amplo permanece uma extrapolação sobre o plano histórico-gramatical, não uma nova projeção sobre o plano da alegoria (PACKER, 1975, p. 6-7 *apud* ABDALLA NETO, 2012, p.20).

Ao dizer que “o significado ulterior é apenas uma extensão e desenvolvimento do sentido do autor”, Packer mantém-se dentro do método histórico-gramatical.

Douglas Moo (2018, p. 245) não rejeita a proposta de *sensus plenior*. Ele afirma: “não é claro, então, que as objeções usuais trazidas contra a ideia de *sensus plenior* sejam convincentes”. De modo que Moo não descarta esta abordagem, mas considera investigar outras possíveis abordagens para algumas dificuldades que o *sensus plenior* parece não responder. Duas dessas dificuldades seriam que 1) O NT algumas vezes “apela ao autor humano do texto do AT (...) Pedro especificamente declara que *Davi* [*sic*] falou sobre a ressurreição do Messias no Salmo 16 (At 2.25-28)” (MOO, 2018, p. 246) e 2) o NT geralmente dá a impressão de que o significado que eles encontram no AT pode ser visto por outros, assumida certas pressuposições básicas.

2.3 - Abordagem do *Referentiae Plenior*

A ênfase dessa abordagem é que todas as passagens proféticas se baseiam nas palavras do autor humano, mas que este nem sempre pretendia ou compreendia plenamente a referência profética, enquanto Deus sempre intencionava a referência completa (BOCK, 1985a). Ela é adotada por teólogos como Elliot Johnson, Roy Zuck, Paul e John Feinberg, Norman Geisler etc. Basicamente, o *referentiae plenior* defende um sentido único para o texto bíblico, mas contendo significâncias e referentes múltiplos.

Nesta fase do trabalho é importante introduzir uma diferença linguística que é tratada nas abordagens hermenêuticas. Faz-se importante explicar a diferença entre significante, significado e referente. Significante é a parte material e perceptível do signo linguístico, sendo este a unidade fundamental do código linguístico. Significado é o conceito dado ao significante, o ente abstrato do signo. Assim, o signo é formado pelo significante e significado. O referente é a explicitação do significado por um construto mental. Por exemplo, o significante lápis corresponde apenas ao som ou a grafia do

conjunto de letras l-á-p-i-s; porém, o significado é dado por um instrumento para escrever ou desenhar construído a partir de pedaço de grafite revestido de madeira.

Além disso, é importante diferenciar significado de significância. Esta é a aplicação do mesmo significado a novas situações (Berding e Lunde, 2008, p.233). Bock (1985b) diferencia significado de significância em que o primeiro é o que o texto quer dizer e, o último, o que é relevante para outra situação. Kaiser (2008, p.51) também concorda com a distinção dada por Hirsch entre significado e significância. A primeira é “tudo o que o autor humano expressou direta, indireta, tacitamente ou alusivamente em suas palavras”, enquanto que a última é “o relacionamento que nós como leitores extraímos, à medida que associamos o que foi dito pelo significado do autor com alguma outra situação, pessoa ou instituição”. De modo que há uma concordância entre os teólogos bíblicos sobre o que é significância – o reuso do significado em outros contextos. Abadalla Neto (2012, p. 22,23), percebe dois benefícios desta distinção: Primeiro, protege o texto bíblico do relativismo e ceticismo hermenêutico e, segundo, confere realismo hermenêutico na interpretação das Escrituras a partir da distinção entre o objeto do conhecimento e o contexto no qual ele é conhecido.

Zuck (1994) prefere essa abordagem porque ele entende que 1) a interpretação histórico-gramatical requer a existência de um único significado, em vez de muitos, em cada passagem bíblica. 2) A ideia de que só um sentido pode referir-se a mais de um elemento condiz com a forma de emprego do AT no NT. 3) Essa concepção está de acordo com o aspecto progressivo da revelação e 4) os significados relacionados não servem de base para tratarem as Escrituras em termos alegóricos, quando o intérprete busca sentidos ocultos.

2.4 - Abordagem da Hermenêutica Judaica

Alguns expoentes desse pensamento são R.N Longenecker, Earle Ellis, Grant Osborne e de maneira mais crítica F.F. Bruce que destaca diferenças de convicção entre o cristianismo e a comunidade de Qumran. Esta abordagem pode ser adotada de maneiras diferentes. Bock (1985a, p.216) entende que esta escola “tenta apresentar o uso do AT no NT como um reflexo do progresso da revelação em Cristo (...) especialmente fazendo uso dos métodos de interpretação e exegese do judaísmo do primeiro século”. Osborne (2009) identifica a hermenêutica apostólica com a hermenêutica judaica do século I, visto que,

para ele, “o NT também fazia parte do judaísmo do Segundo Templo”.¹³ Longenecker (1987 *apud* ABDALLA NETO, 2012, p.24) assinala que a premissa de tal perspectiva é que “ainda que o evangelho seja supra-histórico em sua origem e efeito, ele provém de um Deus que encarna sua Palavra...e que usa os métodos históricos contemporâneos como veículos para sua graça [*sic*]”. Segundo Abdalla Neto (2012), tal abordagem parte da pressuposição de que o cristianismo primitivo fazia parte do judaísmo do período do segundo templo, o que levaria Jesus e os apóstolos a utilizarem-se das mesmas técnicas de interpretação judaica, principalmente o *peshet* e o *midrash*.

Estes termos precisam ser bem definidos. Moo (2018) alerta para o fato de que *midrash* e *peshet* podem ser definidos de formas diferentes, podendo implicar ou não na aceitação desses métodos. Na sua dissertação, Abdalla Neto (2012) entende o *peshet* como sendo o método literal com uma análise histórico-gramatical e o *midrash* como sendo a busca por um sentido oculto que ia além do significado na passagem. Berding e Lunde (2008) elucidam que a interpretação *peshet*, na literatura de Qumram, via o texto escriturístico como sendo cumprido naquele exato período da história. De modo que a diferença entre o pressuposto midráshico e *peshet* é que o primeiro busca fazer aplicação contemporânea do texto – aquilo tem relevância para isto, enquanto que o último entende que esta é a situação escatológica falada naquele texto – aquilo é isto. Não se pode negar que um dos pressupostos dos autores cristãos era justamente entender que seu tempo era os dias de cumprimento escatológico. É possível ver também alguns paralelos entre alguns métodos rabínicos do judaísmo e alguns dos escritos de Paulo, como o colar de pérolas de citações¹⁴ (Gl 3.10-13) e o *Qal wahomer* (princípio do menor para o maior, Rm 5.15-21; Jo 7.23).

Moo (2018, p.221) levanta dúvida ao método no que se refere ao grau em que “tais métodos são encontrados e as implicações de seus usos para a inspiração e para a inerrância”. Lopes (2004) entende que o problema com essa abordagem é o que ele chama de “paralelomania”, ou seja, faz-se um paralelo dos elementos do cristianismo com os do judaísmo e ao se verificar similaridades, diz-se que o primeiro copiou o último. Bock (1985a, p.217) também vê este tipo de falha na abordagem da hermenêutica judaica ao

¹³ Conhecido também como judaísmo intertestamentário, ou seja, corresponde ao judaísmo desenvolvido após o fechamento do cânon do Antigo Testamento. Destaca-se, entre o vasto material deste período, a riquíssima literatura da comunidade de Qumram.

¹⁴ Colar de pérolas seria um conjunto de versículos da lei e dos profetas para dar suporte ao argumento.

considerar que essa escola “parece muito aberta aos paralelos históricos fora do cristianismo”.

Outro ponto a considerar é que o judaísmo também não era monolítico no primeiro século, mas multifacetado, não implicando necessariamente em dependência direta dos métodos hermenêuticos judaicos. Há benefícios no conhecimento dos métodos hermenêuticos, mas é possível discriminar bem o que Moo (2018, p.223) chama de técnicas de apropriação e os axiomas hermenêuticos. O primeiro se refere a:

métodos específicos ‘na superfície’ pelos quais um texto é ‘apropriado’ para uma nova situação (...), nisto o NT mostra similaridades inegáveis com a literatura de Qumram, a rabínica e com outros materiais judaicos. Mas funcionando como pontos de sustentação para tais técnicas (em último lugar crucial para como e onde elas são empregadas) estão as convicções basilares de uma comunidade sobre a Escritura, sua própria identidade e ação de Deus na história.

Assim, o uso do NT dos métodos exegéticos judaicos não leva necessariamente a uma interpretação errada do AT. Contudo, também não responde se o significado por meio dessas técnicas realmente se encontra no AT. A tendência é apelar para a posição carismática do autor do NT para a validação exegética.

2.5 - Abordagem Canônica

Na abordagem canônica destaca-se o teólogo Bruce Waltke, e com algumas modificações na abordagem destaca-se Douglas Moo e G.K. Beale. Segundo Abadalla Neto (2012), a abordagem canônica de Waltke defende que o sentido de uma profecia veterotestamentária deve ser considerada dentro de seu contexto canônico maior; além disso, o significado de certa passagem fica mais clara de acordo com a revelação progressiva. Waltke também defende uma única intenção autoral entre o autor humano e divino, sendo que o sentido único da passagem é progressivamente revelado no NT que, por sua vez, supera e redefine o significado da expressão original. Note que a revelação progressiva e a linguagem dual são assumidas. Também há similaridades com a abordagem de única intenção autoral e *sensus plenior*, a diferença reside no fato de que, para ele, os autores do AT teriam escrito em “linguagem ideal” (BOCK, 1985a, p.219) e a prioridade interpretativa é do NT, visto que é preciso entender os textos veterotestamentários à luz da revelação última em Cristo. Como consequência, o perigo dessa proposta a partir de Waltke é uma despreocupação com o contexto histórico-

gramatical, já que o sentido dado pelo NT é o único possível. Isto faz com que “o significado da expressão original seja superado e redefinido pelo NT” (BOCK, 1985a, p.220).

Douglas Moo (2018) faz algumas modificações nessa abordagem, apresentando importantes contribuições. Primeiro, quanto ao sentido, ele concebe a visão de um *sensus praegnans* – o autor original pode ter tido muitas vezes uma indicação de que suas palavras estivessem gestantes do significado que ele mesmo ainda não entendia, porque ele não estaria em condições de ver o contexto todo de suas palavras. Para Moo, esta abordagem 1) está firmada nas bases escriturísticas do arcabouço histórico-redentivo; 2) este esquema pode ser visto como tendo seus antecedentes no que o próprio AT faz com a revelação anterior; 3) a divisão de intenção do autor humano e divino se torna menor, se não totalmente evitada, nesta abordagem. Ele explica: “o apelo é feito não a um significado do autor divino que de alguma forma é deliberadamente cancelado pelo autor humano no processo de inspiração, mas ao significado do texto mesmo que toma uma significância maior à medida que o plano de Deus se desenvolve” (MOO, 2018, p.248-249). Por fim, 4) isto significa que o sentido pleno descoberto por Jesus e os apóstolos, pelo menos em alguma extensão, está aberto à verificação.

O ponto 3 de Moo parece inferir que *sensus plenior* se relaciona com um sentido oculto. Contudo, como visto na seção *sensus plenior*, este não propõe um sentido oculto. Berding e Lunde (2008, p.42), em nota, critica Moo neste ponto, pois “Brown não prevê um véu deliberado do *sensus plenior* divinamente pretendido a parte do autor humano”. De modo que as diferenças entre o *sensus plenior* e *sensus praegnans* acabam sendo mínimas. Basicamente, ao que parece, na proposta de Moo, o sentido completo já estava no AT de forma seminal, enquanto que para o primeiro, o sentido foi acrescentado. Sendo esta distinção, Moo precisaria explicar o fato de que há referentes que nem sempre são percebidos e tencionados pelo escritor humano dentro do sentido de seu texto no momento em que foi registrado na Escritura. Como Bock (1985b, p.308) pontua:

A razão pela qual este escritor rejeita uma identificação "total" entre a intenção divina e a intenção do autor humano é que, em certos salmos, assim como em outras passagens do Antigo Testamento, a revelação teológica ainda não havia se desenvolvido a tal ponto que todo o impulso da intenção de Deus era capaz de ser entendida pelo autor humano.

G.K. Beale (2013), embora possa estar dentro da abordagem canônica, desenvolve uma abordagem chamada de bíblico-teológica em que muitos dos problemas

levantados por Waltke e Moo são resolvidos. Além disso, utiliza-se da hermenêutica judaica para entender como o judaísmo do Segundo Templo interpretou a passagem do AT, e do *Sensus Plenior* para defender a ideia de que se pode falar de um significado mais pleno que até então não tinha sido compreendido de maneira adequada. Este sentido mais amplo, todavia, viria da exegese contextual. Apesar de sua teoria da visão periférica (BEALE, 2013; 2014a) ser bastante útil, a prioridade do Novo Testamento sobre o Antigo Testamento traz uma continuidade que pode sugerir que o autor do AT sabia mais do que realmente se pode verificar.

3 - ABORDAGEM UM SIGNIFICADO, MÚLTIPLOS CONTEXTOS E REFERENTES

Esta abordagem é proposta por Darrell Bock no livro *Three Views on the New Testament Use of the Old Testament* [As Três Visões sobre o Uso do Antigo Testamento no Novo Testamento]. A leitura de sua obra mostra que Bock adota abordagens múltiplas, procurando extrair o que há de melhor em cada abordagem já descrita. Ênfase pode ser vista no uso do *referentiae plenior* com a manutenção do sentido único para a passagem e múltiplos referentes. Pode-se notar também o uso da hermenêutica judaica, principalmente procurando entender como o significado dado no AT passou a ser entendido no judaísmo do Segundo Templo. De fato, o próprio Bock (1985a) admite, em nota, que sua posição concorda mais com duas escolas, uma ele denomina Palavras Intencionais Divino-Humanas, da qual surge a subdivisão *sensus plenior* e *Referentiae plenior*, e a escola da Hermenêutica Judaica-progresso histórico da revelação. A partir desta última escola, Bock (2008) considera seis pressupostos usados pelos escritores do NT: 1) a Bíblia é a palavra de Deus; 2) o um e os muitos (solidariedade corporativa); 3) padrão na história (correspondência ou tipologia); 3) esses são os dias de cumprimento; 4) já e ainda não (o cumprimento inaugurado da Escritura); 6) Jesus é o Cristo. Diferentemente de Beale (2013, p.130), Bock rejeita o pressuposto de que os autores do NT, a partir da solidariedade corporativa, consideravam a Igreja como o Israel verdadeiro.

Bock (1985b) reconhece que não se pode usar apenas um método para as diferentes formas que o uso do AT aparece no NT. Em nota, ele fornece uma amostra de textos que indicam que a visão dos autores poderia ser como segue: a) em plena consciência, i.e, diretamente profético. Ex: Sl 110; b) em linguagem ideal – Sl 16, onde

o salmista está confiante na libertação, mas os detalhes de como não são inteiramente claros à luz da linguagem de todo o salmo; c) em linguagem capaz de uma expansão do referente e contexto, ou seja, no progresso da revelação. Ex: Os 11.1 com o uso do conceito de solidariedade corporativa do Filho com a nação; d) em linguagem que envolve um padrão de cumprimento, ou seja, profético tipológico – Sl 2; Is 7.14 etc. O ponto c) é o que Bock mais desenvolve como proposta de solução da discussão do uso do AT no NT.

Quanto à questão central do sentido intertestamental, Bock chama sua abordagem de “um significado, múltiplos contextos e referentes”. Ele afirma:

Por um lado, eu vejo o contexto original da passagem do AT como desempenhando um papel fundamental na definição dos parâmetros de como o texto é usado, mas nem sempre é o único fator. Por outro lado, não vejo o uso do NT de muitos desses textos como aleatório que se apele apenas à inspiração (BOCK, 2008, p. 106).

Nota-se aqui uma rejeição a um apelo puramente pneumatológico, como se os autores do NT pudessem interpretar de modo arbitrário por causa da inspiração do Espírito Santo. Assumindo a autoria dual, o progresso da revelação e que os autores do NT têm o contexto literário em mente quando escolhem utilizar um verso em particular, ele explica que:

(...) existe a opção de que revelações posteriores possam completar e preencher o significado que foi inicialmente, mas não abrangentemente, revelado no cenário original, de modo que, uma vez que o progresso da revelação surja, a passagem anterior seja compreendida de maneira melhor e mais abrangente. Tal leitura não está "indo além" do escritor original, mas trabalhando dentro dos parâmetros introduzidos por sua mensagem (BERDING e LUNDE, 2008, 92).

Para desenvolver melhor esta ideia, Bock (2008) apresenta duas maneiras de ler as Escrituras: a primeira é o histórico-exegético e a segunda é teológico-canônico. Ele explica: “Uma leitura histórico-exegética preocupa-se principalmente em discernir a mensagem do autor original para seu público imediato em sua situação histórica específica. Uma leitura teológico-canônica vê o texto à luz de revelações subsequentes” (BOCK, 2008, p. 115). Ao ver certo texto do AT no contexto teológico-canônico, o contexto muda e o referente, que antes era desconhecido, é revelado no progresso da história redentora. Isto não quer dizer que a leitura resultante “cancela ou nega a leitura anterior, mas a complementa” (BOCK, 2008, p. 131). É assim que quando perguntado se o sentido do AT no NT mudou, Bock responde que sim e não. O sentido da passagem

original permanece, mas por adicionar um referente, ele se expande e clarifica, embora dentro dos limites da linguagem usada.

Note que há uma separação entre significado e referente, mas não ao ponto de ver o referente como não fazendo parte do significado. Por isso que Bock responde que o sentido mudou e não mudou. De modo estrutural, a metodologia de Bock pode ser elencada da seguinte forma:

1. Análise histórico-gramatical do texto no Antigo Testamento
2. Fontes judaicas que tratam do tema no período intertestamentário
3. Análise histórico-gramatical do Novo Testamento
4. Análise teológico-canônica dado o progresso revelacional

Em termos de estrutura, esses passos são semelhantes aos de G. K. Beale, contudo diferem na questão da prioridade dos testamentos, visto que este mantém a prioridade neo-testamentária, o que leva a algum tipo de teologia da substituição, enquanto que aquele entende a revelação progressiva organicamente, onde cada testamento em seu contexto contribui para o todo, o que é característico do dispensacionalismo. Além disso, Beale trabalha mais com o *Sensus Plenior*, enquanto Bock faz maior uso do *Referentiae Plenior*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem “um significado, múltiplos contextos e referentes” de Bock procura aproveitar o melhor das demais abordagens. O sentido da passagem veterotestamentária é mantido, o que implica na manutenção da doutrina da inspiração e inerrância. A percepção de que há diferentes contextos e referentes aproveita da *Referentiae Plenior* a ideia de múltiplas referências que, por sua vez, terá implicações para a ideia de cumprimento parcial no dispensacionalismo progressivo. O entendimento de certos pressupostos intertestamentários, sobretudo, pela comunidade de Qumran, permite ver como os autores neo-testamentários fazem uso da revelação progressiva à luz do evento Cristo.

Certamente permanece a distinção entre método e axioma. Um método não desenvolve um pressuposto, mas o contrário. Como pontuou Moo (2018, p.223): “Funcionando como pontos de sustentação para tais técnicas (...) estão as convicções

basilares de uma comunidade sobre a Escritura, sua própria identidade e ação de Deus na história”.

REFERÊNCIAS:

ABDALLA NETO, Tiago. **O uso do TANAKH no discurso parenético-escatológico de Hebreus**: um estudo de caso das alusões e citações de Deuteronômio e Ageu em Hebreus 12: 14-29. 183f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Seminário Bíblico Palavra da Vida, Atibaia. 2012.

BEALE, G. K. **Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**: exegese e interpretação. São Paulo: Vida Nova, 2013.

BERDING, Kenneth; LUNDE, Jonathan (orgs.). **Three views on the New Testament use of the Old Testament**. Grand Rapids: Zondervan. Kindle Edition, 2008.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Almeida Revista e Atualizada. 2 Ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

BOCK, Darrell. Evangelicals and the use of the Old Testament in the New: part 1. **Bibliotheca Sacra**. Dallas-Texas, v. 142, n. 567, p. 209-23, julho 1985a.

_____. Evangelicals and the use of the Old Testament in the New: part 2. **Bibliotheca Sacra**. Dallas-Texas, v. 142, p. 302-19, outubro, 1985b.

_____. Single meaning, multiple contexts and referents. IN: BERDING, K; LUNDE, J. **Three views on the New Testament use of The Old Testament**. Zondervan. Kindle Edition, 2008.

BROWN, Raymond. **The “sensus plenior” of Sacred Scripture**. Baltimore, St. Mary’s university, 1955.

KAISER JR. Walter. Single meaning, unified referents. IN: BERDING, K; LUNDE, J. **Three views on the New Testament use of The Old Testament**. Zondervan. Kindle Edition, 2008.

LOPES, Augustus Nicodemus. **A Bíblia e seus intérpretes**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

LUNDE, Jonathan. An introduction to central questions in the New Testament use of the Old Testament. IN: BERDING, Kenneth; LUNDE, Jonathan (orgs.). **Three views on the New Testament use of the Old Testament**. Grand Rapids: Zondervan. Kindle Edition, 2008.

MOO, Douglas. **Exegese, hermenêutica e Teologia do Novo Testamento**. Eusébio-CE: Peregrino, 2018.

OSBORNE, Grant R. **A espiral hermenêutica**: uma nova abordagem à interpretação bíblica. São Paulo: Vida Nova, 2009.

ZUCK, Roy. **A interpretação bíblica**: meios de descobrir a verdade da Bíblia. São Paulo: Vida Nova, 1994.